

REVISÃO DA COMUNICAÇÃO SOBRE O SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO EM OPERAÇÕES GARANTIDAS A CURTO PRAZO

Nota explicativa

As alterações propostas à Comunicação sobre o seguro de crédito à exportação em operações garantidas a curto prazo¹ («Comunicação») estão diretamente relacionadas com os resultados do balanço de qualidade que apreciou se as regras em matéria de auxílios estatais avaliadas são adequadas à sua finalidade. Os resultados da apreciação constam do documento de trabalho dos serviços da Comissão «*Pacote de modernização dos auxílios estatais de 2012, orientações relativas aos transportes ferroviários e seguro de crédito à exportação a curto prazo - balanço de qualidade*», publicado em 30 de outubro de 2020².

Os resultados da avaliação do balanço de qualidade confirmaram que, em termos globais, as regras em matéria de auxílios estatais aplicáveis ao seguro de crédito à exportação a curto prazo funcionaram bem, mas que seriam necessárias alterações menores para refletir a evolução do mercado.

A revisão prevê um pequeno número de alterações técnicas que refletem a evolução do mercado e não uma alteração substancial da abordagem política da Comunicação. Estão previstas as seguintes categorias principais de alterações:

1. PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DAS DISPOSIÇÕES DA COMUNICAÇÃO

A Comunicação atualizada continuaria a aplicar disposições relativas ao seguro de crédito à exportação a curto prazo para além de 2021.

2. ATUALIZAÇÃO DO LIMIAR DE 2 MILHÕES DE EUR ESTABELECIDO NO PONTO 18, ALÍNEA B) [ATUAL PONTO 19, ALÍNEA B)] DA COMUNICAÇÃO

A Comunicação aumentaria o limiar estabelecido no ponto 18, alínea b) [atual ponto 19, alínea b)], de 2 milhões de EUR para 2,5 milhões de EUR.

A Comunicação prevê a possibilidade de os Estados-Membros fornecerem cobertura de seguro às PME com um volume de negócios anual no domínio da exportação não superior a dois milhões de EUR. A avaliação do balanço de qualidade concluiu que este limiar é relativamente baixo e que, na realidade, abrange apenas as microempresas, excluindo assim muitas PME europeias do apoio necessário à sua internacionalização. Uma vez que o limiar foi determinado com base num estudo realizado em 2005, propomos ter em conta a inflação comunicada no âmbito do índice harmonizado de preços no consumidor e aumentar o limiar para, pelo menos, 2,5 milhões de EUR. Esse aumento é considerado um ajustamento técnico que implica um valor constante em termos reais. Além disso, a consulta pública pode mostrar se se registou uma evolução clara do mercado, que justificaria um novo aumento do limiar para ter em conta as necessidades das PME de adquirir seguro de crédito à exportação suficiente nas circunstâncias descritas na Comunicação.

3. ATUALIZAÇÃO DOS REQUISITOS EM MATÉRIA DE TRANSPARÊNCIA E DE COMUNICAÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTABELECIDOS NO PONTO 28 (ATUAIS PONTOS 29 E 30) DA COMUNICAÇÃO

¹ Comunicação da Comissão aos Estados-Membros sobre a aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia ao seguro de crédito à exportação em operações garantidas a curto prazo (JO C 392 de 19.12.2012, p. 1).

² Disponível no portal «Legislar Melhor»: https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/2044-Pacote-de-modernizacao-dos-auxilios-estatais-de-2012-orientacoes-relativas-aos-transportes-ferroviarios-e-seguro-de-credito-a-exportacao-a-curto-prazo-balanco-de-qualidade_pt.

A Comunicação introduziria as seguintes alterações nos requisitos em matéria de transparência e de comunicação de informações constantes do ponto 28 (atuais pontos 29 e 30):

*«29. O relatório tem de conter ~~informações sobre a utilização de~~ **as seguintes informações sobre cada regime:***

- (a) ~~nomeadamente~~ O volume **montante** total dos limites de crédito concedidos;*
- (b) O volume de negócios segurado;*
- (c) Os prémios cobrados;*
- (d) Os sinistros registados e pagos;*
- (e) Os montantes recuperados; e*
- (f) Os custos administrativos do regime.*

30. As informações devem comunicadas em formato de folha de cálculo, permitindo que os dados sejam pesquisados, extraídos, descarregados e facilmente publicados na Internet, por exemplo em formato CSV ou XML. ~~A Comissão~~ Os Estados-Membros publicarão esses relatórios nos seus sítios web.».

A avaliação mostrou que a Comunicação não está inteiramente harmonizada com os princípios comuns estabelecidos na modernização dos auxílios estatais, nomeadamente o princípio da transparência.

Propomos uma maior clarificação dos requisitos em matéria de transparência e de comunicação de informações, bem como a sua harmonização com os requisitos constantes das orientações relativas à modernização dos auxílios estatais. Em especial, propõe-se a supressão da obrigação, prevista na Comunicação, de a Comissão publicar relatórios no seu sítio *web*, refletindo a ausência dessa obrigação noutras orientações relativas à modernização dos auxílios estatais. A Comunicação é anterior à maioria das outras orientações que foram avaliadas no balanço de qualidade. Sugerimos a introdução de uma obrigação, ao abrigo da Comunicação, de os Estados-Membros publicarem os seus relatórios nos seus sítios *web*, juntamente com outras informações já fornecidas sobre os regimes, harmonizando assim mais ainda a presente abordagem com a intenção de modernização dos auxílios estatais para reforçar a cooperação com os Estados-Membros, a fim de assegurar a transparência das medidas aplicadas.

4. ATUALIZAÇÃO DO MÉTODO DE COMUNICAÇÃO DAS DECISÕES RELATIVAS À LISTA DOS PAÍSES COM RISCOS NEGOCIÁVEIS ESTABELECIDO NO PONTO 35 (ATUAL PONTO 37) DA COMUNICAÇÃO

A Comunicação suprimiria o requisito de a Comissão informar os Estados-Membros por escrito das decisões de alteração da lista de países com riscos negociáveis.

A presente atualização simplifica o processo de informação, uma vez que a Comissão continuará a publicar informações no seu sítio *web* (muito provavelmente através de um aviso nas notícias diárias) e que a comunicação será publicada no Jornal Oficial.